



CÓD: OP-101MR-22  
7908403520176

# **TOMBOS**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMBOS**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS – MG**

Psicólogo

**EDITAL Nº 01/2022**

## ***Língua Portuguesa***

1. Leitura, compreensão, interpretação, gênero, objetivo e meio de circulação de textos diversos (dentre outros, charges, notícias, tirinhas, cartuns, anúncios, reportagens, contos, fábulas, anúncios, artigos científicos e de opinião...);	01
2. Classes de palavras (flexões, classificações e emprego);	09
3. Acentuação gráfica; Pontuação (classificação e emprego);	17
4. Frase (classificações); Períodos simples; Períodos compostos (termos essenciais, termos integrantes e termos acessórios da oração); Períodos compostos por coordenação e subordinação (classificações); Orações reduzidas;	18
5. Concordância verbal e nominal;	20
6. Regência verbal e nominal;	22
7. Denotação e conotação; Significação das Palavras...	23
8. Figuras de linguagem;	23
9. Vícios de linguagem;	25
10. Funções da Linguagem;	26
11. Novo acordo ortográfico; Uso dos “porquês”.	27

## ***Conhecimentos Gerais***

1. Política e Economia mundiais. Sociedade (música, literatura, artes, arquitetura, rádio, cinema, teatro, televisão, educação, saúde, esporte, gastronomia...).	01
2. História e Geografia de Tombos.	01
3. Descobertas e inovações científicas e tecnológicas.	05
4. Meio ambiente.	10
5. Lei Orgânica do Município de Tombos.	19

## ***Conhecimentos Específicos***

### ***Psicólogo***

1. Avaliação Psicológica: Fundamentos da medida psicológica. Instrumentos de avaliação: critérios de seleção, avaliação e interpretação dos resultados. Utilização das técnicas de avaliação na prática clínica. Técnicas de entrevista.	01
2. Psicologia do desenvolvimento normal e patológico: desenvolvimento físico, cognitivo e afetivo da criança, adolescente e adulto.	21
3. Saúde coletiva: Políticas de saúde mental. Saúde mental e família. Saúde mental e trabalho. Equipes de saúde mental.	25

---

**LEITURA, COMPREENSÃO, INTERPRETAÇÃO, GÊNERO, OBJETIVO E MEIO DE CIRCULAÇÃO DE TEXTOS DIVERSOS (DENTRE OUTROS, CHARGES, NOTÍCIAS, TIRINHAS, CARTUNS, ANÚNCIOS, REPORTAGENS, CONTOS, FÁBULAS, ANÚNCIOS, ARTIGOS CIENTÍFICOS E DE OPINIÃO...)**

Compreender e interpretar textos é essencial para que o objetivo de comunicação seja alcançado satisfatoriamente. Com isso, é importante saber diferenciar os dois conceitos. Vale lembrar que o texto pode ser verbal ou não-verbal, desde que tenha um sentido completo.

A **compreensão** se relaciona ao entendimento de um texto e de sua proposta comunicativa, decodificando a mensagem explícita. Só depois de compreender o texto que é possível fazer a sua interpretação.

A **interpretação** são as conclusões que chegamos a partir do conteúdo do texto, isto é, ela se encontra para além daquilo que está escrito ou mostrado. Assim, podemos dizer que a interpretação é subjetiva, contando com o conhecimento prévio e do repertório do leitor.

Dessa maneira, para compreender e interpretar bem um texto, é necessário fazer a decodificação de códigos linguísticos e/ou visuais, isto é, identificar figuras de linguagem, reconhecer o sentido de conjunções e preposições, por exemplo, bem como identificar expressões, gestos e cores quando se trata de imagens.

#### Dicas práticas

1. Faça um resumo (pode ser uma palavra, uma frase, um conceito) sobre o assunto e os argumentos apresentados em cada parágrafo, tentando traçar a linha de raciocínio do texto. Se possível, adicione também pensamentos e inferências próprias às anotações.

2. Tenha sempre um dicionário ou uma ferramenta de busca por perto, para poder procurar o significado de palavras desconhecidas.

3. Fique atento aos detalhes oferecidos pelo texto: dados, fonte de referências e datas.

4. Sublinhe as informações importantes, separando fatos de opiniões.

5. Perceba o enunciado das questões. De um modo geral, questões que esperam **compreensão do texto** aparecem com as seguintes expressões: *o autor afirma/sugere que...; segundo o texto...; de acordo com o autor...* Já as questões que esperam **interpretação do texto** aparecem com as seguintes expressões: *conclui-se do texto que...; o texto permite deduzir que...; qual é a intenção do autor quando afirma que...*

#### Tipologia Textual

A partir da estrutura linguística, da função social e da finalidade de um texto, é possível identificar a qual tipo e gênero ele pertence. Antes, é preciso entender a diferença entre essas duas classificações.

#### Tipos textuais

A tipologia textual se classifica a partir da estrutura e da finalidade do texto, ou seja, está relacionada ao modo como o texto se apresenta. A partir de sua função, é possível estabelecer um padrão específico para se fazer a enunciação.

Veja, no quadro abaixo, os principais tipos e suas características:

<b>TEXTO NARRATIVO</b>	Apresenta um enredo, com ações e relações entre personagens, que ocorre em determinados espaço e tempo. É contado por um narrador, e se estrutura da seguinte maneira: apresentação > desenvolvimento > clímax > desfecho
<b>TEXTO DISSERTATIVO ARGUMENTATIVO</b>	Tem o objetivo de defender determinado ponto de vista, persuadindo o leitor a partir do uso de argumentos sólidos. Sua estrutura comum é: introdução > desenvolvimento > conclusão.
<b>TEXTO EXPOSITIVO</b>	Procura expor ideias, sem a necessidade de defender algum ponto de vista. Para isso, usa-se comparações, informações, definições, conceitualizações etc. A estrutura segue a do texto dissertativo-argumentativo.
<b>TEXTO DESCRITIVO</b>	Expõe acontecimentos, lugares, pessoas, de modo que sua finalidade é descrever, ou seja, caracterizar algo ou alguém. Com isso, é um texto rico em adjetivos e em verbos de ligação.
<b>TEXTO INJUNTIVO</b>	Oferece instruções, com o objetivo de orientar o leitor. Sua maior característica são os verbos no modo imperativo.

#### Gêneros textuais

A classificação dos gêneros textuais se dá a partir do reconhecimento de certos padrões estruturais que se constituem a partir da função social do texto. No entanto, sua estrutura e seu estilo não são tão limitados e definidos como ocorre na tipologia textual, podendo se apresentar com uma grande diversidade. Além disso, o padrão também pode sofrer modificações ao longo do tempo, assim como a própria língua e a comunicação, no geral.

Alguns exemplos de gêneros textuais:

- Artigo
- Bilhete
- Bula
- Carta
- Conto
- Crônica
- E-mail
- Lista
- Manual
- Notícia
- Poema
- Propaganda
- Receita culinária
- Resenha
- Seminário

Vale lembrar que é comum enquadrar os gêneros textuais em determinados tipos textuais. No entanto, nada impede que um texto literário seja feito com a estruturação de uma receita culinária, por exemplo. Então, fique atento quanto às características, à finalidade e à função social de cada texto analisado.

### ARGUMENTAÇÃO

O ato de comunicação não visa apenas transmitir uma informação a alguém. Quem comunica pretende criar uma imagem positiva de si mesmo (por exemplo, a de um sujeito educado, ou inteligente, ou culto), quer ser aceito, deseja que o que diz seja admitido como verdadeiro. Em síntese, tem a intenção de convencer, ou seja, tem o desejo de que o ouvinte creia no que o texto diz e faça o que ele propõe.

Se essa é a finalidade última de todo ato de comunicação, todo texto contém um componente argumentativo. A argumentação é o conjunto de recursos de natureza linguística destinados a persuadir a pessoa a quem a comunicação se destina. Está presente em todo tipo de texto e visa a promover adesão às teses e aos pontos de vista defendidos.

As pessoas costumam pensar que o argumento seja apenas uma prova de verdade ou uma razão indiscutível para comprovar a veracidade de um fato. O argumento é mais que isso: como se disse acima, é um recurso de linguagem utilizado para levar o interlocutor a crer naquilo que está sendo dito, a aceitar como verdadeiro o que está sendo transmitido. A argumentação pertence ao domínio da retórica, arte de persuadir as pessoas mediante o uso de recursos de linguagem.

Para compreender claramente o que é um argumento, é bom voltar ao que diz Aristóteles, filósofo grego do século IV a.C., numa obra intitulada “Tópicos: os argumentos são úteis quando se tem de escolher entre duas ou mais coisas”.

Se tivermos de escolher entre uma coisa vantajosa e uma desvantajosa, como a saúde e a doença, não precisamos argumentar. Suponhamos, no entanto, que tenhamos de escolher entre duas coisas igualmente vantajosas, a riqueza e a saúde. Nesse caso, precisamos argumentar sobre qual das duas é mais desejável. O argumento pode então ser definido como qualquer recurso que torna uma coisa mais desejável que outra. Isso significa que ele atua no domínio do preferível. Ele é utilizado para fazer o interlocutor crer que, entre duas teses, uma é mais provável que a outra, mais possível que a outra, mais desejável que a outra, é preferível à outra.

O objetivo da argumentação não é demonstrar a verdade de um fato, mas levar o ouvinte a admitir como verdadeiro o que o enunciador está propondo.

Há uma diferença entre o raciocínio lógico e a argumentação. O primeiro opera no domínio do necessário, ou seja, pretende demonstrar que uma conclusão deriva necessariamente das premissas propostas, que se deduz obrigatoriamente dos postulados admitidos. No raciocínio lógico, as conclusões não dependem de crenças, de uma maneira de ver o mundo, mas apenas do encadeamento de premissas e conclusões.

Por exemplo, um raciocínio lógico é o seguinte encadeamento:

A é igual a B.

A é igual a C.

Então: C é igual a B.

Admitidos os dois postulados, a conclusão é, obrigatoriamente, que C é igual a A.

Outro exemplo:

Todo ruminante é um mamífero.

A vaca é um ruminante.

Logo, a vaca é um mamífero.

Admitidas como verdadeiras as duas premissas, a conclusão também será verdadeira.

No domínio da argumentação, as coisas são diferentes. Nele, a conclusão não é necessária, não é obrigatória. Por isso, deve-se mostrar que ela é a mais desejável, a mais provável, a mais plausível. Se o Banco do Brasil fizer uma propaganda dizendo-se mais confiável do que os concorrentes porque existe desde a chegada da família real portuguesa ao Brasil, ele estará dizendo-nos que um banco com quase dois séculos de existência é sólido e, por isso, confiável. Embora não haja relação necessária entre a solidez de uma instituição bancária e sua antiguidade, esta tem peso argumentativo na afirmação da confiabilidade de um banco. Portanto é provável que se creia que um banco mais antigo seja mais confiável do que outro fundado há dois ou três anos.

Enumerar todos os tipos de argumentos é uma tarefa quase impossível, tantas são as formas de que nos valem para fazer as pessoas preferirem uma coisa a outra. Por isso, é importante entender bem como eles funcionam.

Já vimos diversas características dos argumentos. É preciso acrescentar mais uma: o convencimento do interlocutor, o auditório, que pode ser individual ou coletivo, será tanto mais fácil quanto mais os argumentos estiverem de acordo com suas crenças, suas expectativas, seus valores. Não se pode convencer um auditório pertencente a uma dada cultura enfatizando coisas que ele abomina. Será mais fácil convencê-lo valorizando coisas que ele considera positivas. No Brasil, a publicidade da cerveja vem com frequência associada ao futebol, ao gol, à paixão nacional. Nos Estados Unidos, essa associação certamente não surtiria efeito, porque lá o futebol não é valorizado da mesma forma que no Brasil. O poder persuasivo de um argumento está vinculado ao que é valorizado ou desvalorizado numa dada cultura.

### Tipos de Argumento

Já verificamos que qualquer recurso linguístico destinado a fazer o interlocutor dar preferência à tese do enunciador é um argumento. Exemplo:

#### Argumento de Autoridade

É a citação, no texto, de afirmações de pessoas reconhecidas pelo auditório como autoridades em certo domínio do saber, para servir de apoio àquilo que o enunciador está propondo. Esse recurso produz dois efeitos distintos: revela o conhecimento do produtor do texto a respeito do assunto de que está tratando; dá ao texto a garantia do autor citado. É preciso, no entanto, não fazer do texto um amontoado de citações. A citação precisa ser pertinente e verdadeira. Exemplo:

“A imaginação é mais importante do que o conhecimento.”

Quem disse a frase aí de cima não fui eu... Foi Einstein. Para ele, uma coisa vem antes da outra: sem imaginação, não há conhecimento. Nunca o inverso.

Alex José Periscinoto.

In: Folha de S. Paulo, 30/8/1993, p. 5-2

A tese defendida nesse texto é que a imaginação é mais importante do que o conhecimento. Para levar o auditório a aderir a ela, o enunciador cita um dos mais célebres cientistas do mundo. Se um físico de renome mundial disse isso, então as pessoas devem acreditar que é verdade.

**Argumento de Quantidade**

É aquele que valoriza mais o que é apreciado pelo maior número de pessoas, o que existe em maior número, o que tem maior duração, o que tem maior número de adeptos, etc. O fundamento desse tipo de argumento é que mais = melhor. A publicidade faz largo uso do argumento de quantidade.

**Argumento do Consenso**

É uma variante do argumento de quantidade. Fundamenta-se em afirmações que, numa determinada época, são aceitas como verdadeiras e, portanto, dispensam comprovações, a menos que o objetivo do texto seja comprovar alguma delas. Parte da ideia de que o consenso, mesmo que equivocado, corresponde ao indiscutível, ao verdadeiro e, portanto, é melhor do que aquilo que não desfruta dele. Em nossa época, são consensuais, por exemplo, as afirmações de que o meio ambiente precisa ser protegido e de que as condições de vida são piores nos países subdesenvolvidos. Ao confiar no consenso, porém, corre-se o risco de passar dos argumentos válidos para os lugares comuns, os preconceitos e as frases carentes de qualquer base científica.

**Argumento de Existência**

É aquele que se fundamenta no fato de que é mais fácil aceitar aquilo que comprovadamente existe do que aquilo que é apenas provável, que é apenas possível. A sabedoria popular enuncia o argumento de existência no provérbio “Mais vale um pássaro na mão do que dois voando”.

Nesse tipo de argumento, incluem-se as provas documentais (fotos, estatísticas, depoimentos, gravações, etc.) ou provas concretas, que tornam mais aceitável uma afirmação genérica. Durante a invasão do Iraque, por exemplo, os jornais diziam que o exército americano era muito mais poderoso do que o iraquiano. Essa afirmação, sem ser acompanhada de provas concretas, poderia ser vista como propagandística. No entanto, quando documentada pela comparação do número de canhões, de carros de combate, de navios, etc., ganhava credibilidade.

**Argumento quase lógico**

É aquele que opera com base nas relações lógicas, como causa e efeito, analogia, implicação, identidade, etc. Esses raciocínios são chamados quase lógicos porque, diversamente dos raciocínios lógicos, eles não pretendem estabelecer relações necessárias entre os elementos, mas sim instituir relações prováveis, possíveis, plausíveis. Por exemplo, quando se diz “A é igual a B”, “B é igual a C”, “então A é igual a C”, estabelece-se uma relação de identidade lógica. Entretanto, quando se afirma “Amigo de amigo meu é meu amigo” não se institui uma identidade lógica, mas uma identidade provável.

Um texto coerente do ponto de vista lógico é mais facilmente aceito do que um texto incoerente. Vários são os defeitos que concorrem para desqualificar o texto do ponto de vista lógico: fugir do tema proposto, cair em contradição, tirar conclusões que não se fundamentam nos dados apresentados, ilustrar afirmações gerais com fatos inadequados, narrar um fato e dele extrair generalizações indevidas.

**Argumento do Atributo**

É aquele que considera melhor o que tem propriedades típicas daquilo que é mais valorizado socialmente, por exemplo, o mais raro é melhor que o comum, o que é mais refinado é melhor que o que é mais grosseiro, etc.

Por esse motivo, a publicidade usa, com muita frequência, celebridades recomendando prédios residenciais, produtos de beleza, alimentos estéticos, etc., com base no fato de que o consumidor tende a associar o produto anunciado com atributos da celebridade.

Uma variante do argumento de atributo é o argumento da competência linguística. A utilização da variante culta e formal da língua que o produtor do texto conhece a norma linguística socialmente mais valorizada e, por conseguinte, deve produzir um texto em que se pode confiar. Nesse sentido é que se diz que o modo de dizer dá confiabilidade ao que se diz.

Imagine-se que um médico deva falar sobre o estado de saúde de uma personalidade pública. Ele poderia fazê-lo das duas maneiras indicadas abaixo, mas a primeira seria infinitamente mais adequada para a persuasão do que a segunda, pois esta produziria certa estranheza e não criaria uma imagem de competência do médico:

- Para aumentar a confiabilidade do diagnóstico e levando em conta o caráter invasivo de alguns exames, a equipe médica houve por bem determinar o internamento do governador pelo período de três dias, a partir de hoje, 4 de fevereiro de 2001.

- Para conseguir fazer exames com mais cuidado e porque alguns deles são barrapésada, a gente botou o governador no hospital por três dias.

Como dissemos antes, todo texto tem uma função argumentativa, porque ninguém fala para não ser levado a sério, para ser ridicularizado, para ser desmentido: em todo ato de comunicação deseja-se influenciar alguém. Por mais neutro que pretenda ser, um texto tem sempre uma orientação argumentativa.

A orientação argumentativa é uma certa direção que o falante traça para seu texto. Por exemplo, um jornalista, ao falar de um homem público, pode ter a intenção de criticá-lo, de ridicularizá-lo ou, ao contrário, de mostrar sua grandeza.

O enunciador cria a orientação argumentativa de seu texto dando destaque a uns fatos e não a outros, omitindo certos episódios e revelando outros, escolhendo determinadas palavras e não outras, etc. Veja:

“O clima da festa era tão pacífico que até sogras e noras trocavam abraços afetuosos.”

O enunciador aí pretende ressaltar a ideia geral de que noras e sogras não se toleram. Não fosse assim, não teria escolhido esse fato para ilustrar o clima da festa nem teria utilizado o termo até, que serve para incluir no argumento alguma coisa inesperada.

Além dos defeitos de argumentação mencionados quando tratamos de alguns tipos de argumentação, vamos citar outros:

- Uso sem delimitação adequada de palavra de sentido tão amplo, que serve de argumento para um ponto de vista e seu contrário. São noções confusas, como paz, que, paradoxalmente, pode ser usada pelo agressor e pelo agredido. Essas palavras podem ter valor positivo (paz, justiça, honestidade, democracia) ou vir carregadas de valor negativo (autoritarismo, degradação do meio ambiente, injustiça, corrupção).

- Uso de afirmações tão amplas, que podem ser derrubadas por um único contra exemplo. Quando se diz “Todos os políticos são ladrões”, basta um único exemplo de político honesto para destruir o argumento.

- Emprego de noções científicas sem nenhum rigor, fora do contexto adequado, sem o significado apropriado, vulgarizando-as e atribuindo-lhes uma significação subjetiva e grosseira. É o caso, por exemplo, da frase “O imperialismo de certas indústrias não permite que outras cresçam”, em que o termo imperialismo é descabido, uma vez que, a rigor, significa “ação de um Estado visando a reduzir outros à sua dependência política e econômica”.

A boa argumentação é aquela que está de acordo com a situação concreta do texto, que leva em conta os componentes envolvidos na discussão (o tipo de pessoa a quem se dirige a comunicação, o assunto, etc).

**POLÍTICA E ECONOMIA MUNDIAIS. SOCIEDADE (MÚSICA, LITERATURA, ARTES, ARQUITETURA, RÁDIO, CINEMA, TEATRO, TELEVISÃO, EDUCAÇÃO, SAÚDE, ESPORTE, GASTRONOMIA...)**

**A importância do estudo de atualidades**

Dentre todas as disciplinas com as quais concurseiros e estudantes de todo o país se preocupam, a de atualidades tem se tornado cada vez mais relevante. Quando pensamos em matemática, língua portuguesa, biologia, entre outras disciplinas, inevitavelmente as colocamos em um patamar mais elevado que outras que nos parecem menos importantes, pois de algum modo nos é ensinado a hierarquizar a relevância de certos conhecimentos desde os tempos de escola.

No, entanto, atualidades é o único tema que insere o indivíduo no estudo do momento presente, seus acontecimentos, eventos e transformações. O conhecimento do mundo em que se vive de modo algum deve ser visto como irrelevante no estudo para concursos, pois permite que o indivíduo vá além do conhecimento técnico e explore novas perspectivas quanto à conhecimento de mundo.

Em sua grande maioria, as questões de atualidades em concursos são sobre fatos e acontecimentos de interesse público, mas podem também apresentar conhecimentos específicos do meio político, social ou econômico, sejam eles sobre música, arte, política, economia, figuras públicas, leis etc. Seja qual for a área, as questões de atualidades auxiliam as bancas a peneirarem os candidatos e selecionarem os melhores preparados não apenas de modo técnico.

Sendo assim, estudar atualidades é o ato de se manter constantemente informado. Os temas de atualidades em concursos são sempre relevantes. É certo que nem todas as notícias que você vê na televisão ou ouve no rádio aparecem nas questões, manter-se informado, porém, sobre as principais notícias de relevância nacional e internacional em pauta é o caminho, pois são debates de extrema recorrência na mídia.

O grande desafio, nos tempos atuais, é separar o joio do trigo. Com o grande fluxo de informações que recebemos diariamente, é preciso filtrar com sabedoria o que de fato se está consumindo. Por diversas vezes, os meios de comunicação (TV, internet, rádio etc.) adaptam o formato jornalístico ou informativo para transmitir outros tipos de informação, como fofocas, vidas de celebridades, futebol, acontecimentos de novelas, que não devem de modo algum serem inseridos como parte do estudo de atualidades. Os interesses pessoais em assuntos deste cunho não são condenáveis de modo algum, mas são triviais quanto ao estudo.

Ainda assim, mesmo que tentemos nos manter atualizados através de revistas e telejornais, o fluxo interminável e ininterrupto de informações veiculados impede que saibamos de fato como estudar. Apostilas e livros de concursos impressos também se tornam rapidamente desatualizados e obsoletos, pois atualidades é uma disciplina que se renova a cada instante.

O mundo da informação está cada vez mais virtual e tecnológico, as sociedades se informam pela internet e as compartilham em velocidades incalculáveis. Pensando nisso, a editora prepara mensalmente o material de atualidades de mais diversos campos do conhecimento (tecnologia, Brasil, política, ética, meio ambiente, jurisdição etc.) em nosso site.

Lá, o concurseiro encontrará um material completo com ilustrações e imagens, notícias de fontes verificadas e confiáveis, exercícios para retenção do conteúdo aprendido, tudo preparado com muito carinho para seu melhor aproveitamento. Com o material disponibilizado online, você poderá conferir e checar os fatos e fontes de imediato através dos veículos de comunicação virtuais, tornando a ponte entre o estudo desta disciplina tão fluida e a veracidade das informações um caminho certo.

Acesse: <https://www.apostilasopcao.com.br/retificacoes>  
Bons estudos!

**HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE TOMBOS**

**História da Cidade**

A cidade nasceu no século passado, quando o abastado Coronel Maximiano José Pereira de Souza, foi o primeiro conhecedor do lugar, cujo panorama era composto por um rio a deslizar entre montanhas e matas virgens, recebendo um afluente à sua margem direita, o Coronel com seus familiares escravos e amigos, fixaram-se neste local, dando início ao pequeno povoado. As terras existentes eram habitadas por tribos de índios nativos. O coronel Maximiano se deparou com três cachoeiras que, em seqüência formavam uma única e mesma vista e as denominou de tombos. (hoje devido a um deslocamento da rocha, podemos ver que o terceiro tombo se dividiu em dois, formando, então, quatro quedas em um mesmo conjunto).

Mais tarde outros povos oriundos de diversas localidades colonizaram o município implantando aqui suas culturas: Espanhóis, Portugueses, Alemães e Italianos, despertando também interesses de colonos europeus, que alojados em terras próximas, já ouviam notícias da fertilidade das terras e da grande extensão das matas. Migraram também, algumas famílias sírias que se estabeleceram comercial e industrialmente.

Encantados com o lugar montanhoso e de clima muito agradável, o desbravador tomou posse de tantas terras quantas sua vista podia alcançar e assim, bem perto daqueles tombos, nasceu o pequeno e primitivo lugarejo, desde o início, outro nome não poderia ter senão o mesmo de Tombos.

Em 1849, o Coronel Maximiano fez doação de uma gleba de terra para o patrimônio de Nossa Senhora da Conceição, onde a 500 metros dos tombos, construiu a capela original em homenagem à Santa, no mesmo lugar onde se elevou a Matriz, com a implantação da Paróquia em honra a Nossa Senhora da Conceição. Naquela época, o povoado recebeu o nome de Nossa Senhora da Conceição de Tombos.

Em 21 de maio de 1852, a Lei provincial nº 605 criou a freguesia de Nossa Senhora da Conceição dos tombos, no termo de Carangola.

Em 12 de novembro de 1878, pela Lei nº 2500, foi o território na categoria de distrito incorporando ao município de Carangola, com o nome Tombos do Carangola, que assim permaneceu até a criação do município.

Com o advento do trem de ferro, planejou-se a extensão dos trilhos da Leopoldina até a sede do novo Município, vindo desta maneira ativar o progresso da nova cidade; em 08 de dezembro de 1886 foi inaugurada a estação ferroviária com a denominação de Tombos do Carangola.

Com a emancipação política, através da Lei nº 843, de 07 de setembro de 1923, Tombos tornou-se município, passando a denominar-se simplesmente “Tombos”. Em 27 de janeiro de 1924, o município teve a sua emancipação publicada e oficializada, graças ao grande esforço do Coronel Manoel Martins Quintão, primeiro Prefeito do Município, que na ocasião ocupava o cargo de Presidente da Câmara Municipal, com atribuições de Prefeito, político de grande prestígio e influente, pessoa altamente ponderada. Durante a administração do Prefeito Cel. Manoel Martins Quintão podemos destacar: Abertura e construção de Estradas, e de ruas, inclusive as ruas localizadas no bairro Niterói: Manoel Araújo Bravo, Fábio Vasconcelos e Olímpio Quintão. O grande marco da sua administração foi a construção da ponte que liga o centro ao bairro Niterói (na época a ponte construída em madeira, ao lado da ponte atual). Foi também o Cel. Manoel Martins Quintão o responsável pela criação do primeiro time de futebol, com o nome de Tombense Futebol Clube, fundado em 1914.

Em 1938, foi criado o distrito de São José de Pedra Dourada que em 1962, se emancipou juridicamente por força da Lei nº 2.764, de 30 de dezembro de 1962. Tombos é sede de comarca de primeira instância, estando sob sua jurisdição o Município de Pedra Dourada.

Localizado na Zona da Mata do Estado de Minas Gerais, com uma altitude de 278m e um clima com classificação tropical, o município conta com uma população de aproximadamente 12000 habitantes que residem na sede e nos dois distritos: Catuné criado pelo Decreto – Lei nº 1.058, de 31/12/1948; Água Santa de Minas, que foi criado pela Lei Municipal 1.085, de 25/03/94.

A área do Município está em torno de 284 m<sup>2</sup>; a economia está alicerçada na agricultura, com a produção de café, milho, arroz, feijão e outros cereais básicos, que são usados tanto para o consumo interno, como para a exportação a municípios vizinhos. Outro grande destaque é a pecuária, com o gado de corte, cria e leite e, ainda, suínos de corte. Destacam-se também o artesanato e pequenas indústrias.

A produção mineral se concentra na extração de Feidspato, Caolim e Mica.

O Rio Carangola, é localizado na bacia hidrográfica do Paraíba do Sul, este rio divide a cidade em duas partes, em seu percurso pelo município recebe direta ou indiretamente, os afluentes São João, Batatal, Santa Bárbara, Capim, Serra Queimada, Vinhático, Santa Clara, Santa Rita e Jacutinga, proporcionando o lazer da pesca com abundantes resultados.

O Município limita-se com Pedra Dourada, Faria Lemos, Eugénópolis, Antônio Prado de Minas e Porciúncula.

Tombos é um município brasileiro do estado de Minas Gerais e localizado na Zona da Mata Mineira, a 5 km da divisa com o estado do Rio de Janeiro.

Sua população estimada em 2010 era de 9.542 habitantes, enquanto em 2000, era de 11.652, segundo o Censo. O município subdivide-se nos distritos de Tombos (sede), Catuné e Água Santa de Minas. Com 62 metros de altura, a Cachoeira de Tombos é a maior da Zona da Mata, e dá o nome a esta cidade. Área da unidade territorial é de 283 km<sup>2</sup>.

Logo abaixo, segue alguns fatos e curiosidades sobre nosso município:

#### **Cachoeira de Tombos**

Verdadeira obra da natureza, formada pelo Rio Carangola, localizada a 500 m da Matriz, constitui-se no cartão postal da cidade, pela sua imensurável beleza.

#### **Cachoeira Emílio Soares**

Formada pelo Rio São João, está localizada na Fazenda da Cachoeira. A água que abastece a cidade é captada abaixo de sua queda, trata-se de água de boa qualidade para o consumo.

#### **Cachoeira e Balneário do Grilo**

Local de rara beleza localizado próximo ao centro da cidade, formado pelo Rio São João, local de lazer e turismo.

#### **Pedra Santa**

Trata-se de uma gruta, localizada no distrito de Catuné, uma obra construída pela própria natureza. Ao longo do tempo a grande pedra foi desintegrando-se e formou-se um grande salão, onde ergueu-se a capela em Honra a Nossa Senhora de Lourdes. Anualmente no local, realiza-se uma grande festa religiosa em louvor a Santa, esta festa atrairomeiros de todo país. A festa da Pedra Santa, é realizada na 2ª quinzena de julho, mas o local é visitado frequentemente pelas pessoas interessadas em conhecer o fenômeno da desintegração da Pedra que vem se deslocando através dos tempos sem que ninguém perceba, pois segundo visitantes e moradores das proximidades nunca ninguém conseguiu ver uma pedra cair ou desintegrar-se da grande rocha.

#### **Rios**

A cidade é cortada pelo rio Carangola, que nasce no alto do município de Divino, é mais volumoso. O Rio São João, que nasce no alto do Município de Pedra Dourada, fornece água para o abastecimento da cidade, deságua no Rio Carangola, dentro da cidade de Tombos. Além destes dois rios o município conta com dezenas de córregos que representam um grande manancial de águas que banham permanentemente o território. A água que abastece a cidade e capitada abaixo da cachoeira do Rio São João, na Fazenda da Cachoeira com uma distância de 6 km. A captação é feita através de adutora com partes de manilha e partes de tubo de 6” PVC de alta pressão. A água sofre um tratamento após passar por um processo de decantação filtragem lenta. O tratamento é a base de sulfato de alumínio e clorocal para eliminar as bactérias.

#### **Praças**

Praça Coronel Maximiano (ao lado da Matriz), naturalmente esta Praça recebeu este nome devido ao Coronel fundador da cidade, que na metade do século passado fixou-se definitivamente próximo da cachoeira, dando início ao desmembramento de terras e doando a Nossa Senhora da Conceição uma gleba de terra para que mais tarde fosse edificado a construção do seu templo.

Praça 27 de janeiro (ao lado do Campo Tombense) recebeu este nome por ocasião da grande festa de emancipação – política, ocorrido em 27 de janeiro de 1924, acontecimento que marcou a atuação política do Coronel Manoel Martins Quintão, responsável pela emancipação de Tombos.

Praça São Sebastião, nome recebido em honra do Santo Padroeiro do bairro, por ocasião da construção da capela a praça foi oficialmente batizada com esta denominação.

Praça Léviro Pieruccetti, anteriormente esta praça era conhecida como praça da bandeira, logo após o Governo do Prefeito Léviro de Oliveira Pieruccetti, a mesma recebeu o nome de Praça Léviro Pieruccetti, em homenagem ao grande prefeito que governou a cidade no período de 1959/1962.

Praça Coronel Quintão, praça da Prefeitura, nome que ficou consagrado por se tratar da praça principal, praça da sede do Poder Executivo Municipal.

Praça D. Theodora, localizada próxima a Igreja Nossa Senhora das Dores, nome atribuído a proprietária das terras localizadas no bairro Niterói, onde a mesma fez doação à Santa.

#### **Arquivo Geográfico e Museu Municipal da Cidade**

Criado pela Lei Municipal nº 1.146, de 27 de dezembro de 1995, o Museu está localizado no prédio da antiga Estação Ferroviária da Leopoldina, o local abriga o acervo Histórico, Geográfico e Cultural, sendo também tombado pelo Patrimônio Histórico, através da Lei Municipal nº 865, de 03 de fevereiro de 1987.

#### **Usina Hidrelétrica de Tombos – UHE**

Localizada perto da Cachoeira formada pelo Rio Carangola, no terreno comprado de Anna Maria Pires, no município de Tombos. A cachoeira mede aproximadamente 62 metros de altura.

O alemão Adolfo Leewdell foi o engenheiro encarregado de construir a Usina e, segundo relatos, morreram 2 ou 3 pessoas durante a construção. O maquinário (turbina, geradores etc.) veio da Alemanha. Foi construída entre 1910 e 1914 com o objetivo de fornecer energia elétrica para o Noroeste Fluminense, Tombos e Carangola e, no início, era particular pertencendo ao empresário Vivaldi Leite Ribeiro. Alguns anos depois a usina foi vendida para a Comissão Central de Macabu. Em 1948 foi vendida para EFE (Empresa Fluminense de Energia Elétrica). Depois passou para várias empresas como CELF (Companhia de Energia Elétrica Fluminense), CBEE (Companhia Brasileira de Energia), CERJ (Companhia de Eletricidade do Estado do Rio de Janeiro). Quando a CEMIG encampou o fornecimento de energia elétrica de Tombos e Carangola, a usina só forneceu energia para o estado do Rio de Janeiro.

Esta gestão completou, recentemente, cerca de uma década e meia, de vez que a criação da CERJ, com a incorporação de um parque gerador de nove usinas hidrelétricas.

Uma tomada d'água, localizada na ombreira direta dessa barragem, capta as águas e as conduz por um canal com cerca de 180 m até uma câmara de carga, onde uma tubulação de 185 m completa o trabalho de adução dessas águas até as turbinas da Casa de Máquinas, que dispõe de 550 m<sup>2</sup> de área construída. Dois tubo geradores, com turbinas Francis de eixo horizontal e potência nominal de 1,44 mw por unidade, são abrigados na usina.

Em 1970, com a transferência da ciclagem de 50 para 60 ciclos, o governo desativou as usinas de pequeno porte, inclusive a de Tombos. Com o passar do tempo, a energia ficou escassa no país e, com isso, o Governo resolveu reativar todas essas usinas de pequeno porte, transformando-as para 60 ciclos. Em 1980, a usina de Tombos foi reativada, perdendo 30% de seu potencial ficando, atualmente, com 1260 KVA cada um de seus geradores.

Com o governo atual de Fernando Henrique Cardoso, a usina foi privatizada, pertencendo ao grupo espanhol ENDESA, com o nome de CERJ S/A .

A usina hidrelétrica de Tombos é interligada com Furnas e outras usinas da CERJ (Franco Amaral, Macabu, Chave do Vaz, Euclidesrândia, Alberto Torres, Piabanha) todas do estado do Rio.

Existe um projeto de ampliação da usina, com a instalação de mais 2 geradores de 6000 megawatts e a construção de uma subestação de 69000 watts horas.

#### **Distrito de Catuné**

O distrito de Catuné, foi criado pelo Decreto-Lei Estadual nº 1.058, de 31 de dezembro de 1943.

O povoado foi conhecido anteriormente por Mata dos Crioulos, mais tarde recebendo o nome de Laginha.

O Topônimo “Catuné” é de origem indígena, apelido que os índios da época deram ao Padre Antônio Gonçalves Nunes. Na língua indígena “Catuné” significa pessoa falante, que faz discursos e pregações, como o padre fazia sermões, era evangelizador e, um líder, os índios daquele local passaram a chama-lo de Catuné.

Na década de 40 os habitantes nativos, índios e imigrantes que vieram de diversas localidades batizaram o local com o nome próprio de “Catuné”, devido as pregações do Padre Antônio.

No dia 09 de fevereiro de 1884, o Padre Antônio Gonçalves Nunes faleceu, após o seu sepultamento a comunidade se reuniu para prestar a última homenagem ao grande pregador da época; denominando oficialmente aquele local com o nome de “Catuné”.

Na divisão territorial do Estado em 1943, o Município de Tombos foi aquinhoadado com uma faixa territorial quando recebeu do Estado do Rio de Janeiro uma vasta área de terra conhecida como: Perdição, Fazenda do Banco e Alto Pinhotiba, devendo ser considerado que toda área recebida está localizada no distrito de “Catuné”.

Com a criação do Distrito em 1943, foi igualmente criado o Cartório de Registro Civil, o distrito de “Catuné” está situado na parte mais alta do Município com altitude de 600m, divisa com o município de Eugénópolis, onde a cultura predominante destaca-se a produção e o plantio de café, esta atividade agrícola tem sido a principal desde a formação do núcleo populacional.

O distrito de “Catuné” foi se desenvolvendo graças as famílias que se fixaram no local dando início a colonização e desenvolvimento.

#### **Distrito de Água Santa de Minas**

O topônimo de “Água Santa”, tem origem no rochedo próximo da vila, onde nasce uma água cristalina, daí o nome batizado que perdura desde os tempos mais remotos de sua existência.

**AValiação Psicológica: Fundamentos da Me-  
dida Psicológica. Instrumentos de Avaliação:  
Critérios de Seleção, Avaliação e Interpreta-  
ção dos Resultados. Utilização das Técnicas de  
Avaliação na Prática Clínica. Técnicas de Entre-  
vista**

A área de Avaliação Psicológica vem sofrendo uma série de mudanças ao longo dos tempos, oscilando entre períodos de intensos movimentos contra sua prática e principalmente ao uso de testes, e outros, tão intensos quanto, de movimentos a seu favor. No entanto vive-se hoje uma era de grande produção e contribuições importantes para área, com pesquisadores de muitos lugares do Brasil interessados em qualificar a prática da Avaliação Psicológica e seu instrumental. Reflexo disso é a conquista do ano dedicado a Avaliação Psicológica pelo Sistema Conselhos, ao qual esta edição do jornal *Entrelinhas* se destina, e que se propõe a debater a respeito dos rumos que a Avaliação Psicológica irá tomar no país nos próximos anos. No que concerne a este tema, cabe uma reflexão também sobre as práticas da Avaliação Psicológica dentro do contexto clínico, tradicionalmente relacionado ao diagnóstico psicológico ou psicodiagnóstico.

Psicodiagnóstico, de acordo com Jurema Cunha (2000), autora de uma das mais importantes obras relacionadas a esta prática, trata-se de um processo que busca clarear uma situação, classificar por meio de um diagnóstico, descrever um comportamento e/ou estabelecer um plano terapêutico, para isso, valendo-se de técnicas e testes psicológicos. Sobre o instrumental proposto, é relevante pensar que mesmo se tendo à disposição técnicas fiáveis e ferramentas válidas no que se refere a suas propriedades psicométricas, o melhor instrumento que o psicólogo tem à sua disposição ainda é ele mesmo e todo seu conhecimento da profissão.

A partir das demandas cada vez mais complexas que chegam ao consultório de muitos psicólogos e a importante inserção deste profissional em diferentes espaços da saúde, como hospitais gerais, postos de saúde, serviços de saúde mental, entre outros, a exigência torna-se maior que simplesmente o estabelecimento, por exemplo, de um diagnóstico diferencial.

A necessidade é pela sua contribuição crítica e capaz de contemplar o todo da situação que se impõe, considerando o indivíduo no presente e em sua história, no seu meio familiar e social, no contexto em que a avaliação se insere, retomando a identidade que diferencia a Psicologia de outras profissões, e a capacidade de olhar para a singularidade do indivíduo. E tal capacidade “diagnóstica” não é obtida nos resultados provenientes de técnicas e testes selecionados na avaliação, mas sim na “vida” que o profissional dá a estes em cada caso.

Neste sentido, Tavares (2003) utiliza o termo validade clínica para demonstrar que os resultados, mesmo numéricos, de diferentes ferramentas devem ser adequados ao sujeito particular que está se submetendo a avaliação, obtendo-se assim um significado também particular daquelas informações, impressões estas que só podem tomar forma e fazer sentido a partir da interpretação do psicólogo, ficando claro assim que este também deve ser válido para o que se propõe a realizar.

Assim, para o exercício da Avaliação Psicológica, em conformidade com a ética profissional e consciente da necessidade de humanização do processo, no âmbito clínico, e talvez em todos os âmbitos em que esta se insere, o avaliador deve, como bem lembra Tavares (2003), estar habilitado no que diz respeito à perícia das

estratégias eleitas (técnicas e testes psicológicos), levando em consideração as vantagens e limitações de cada uma e o conhecimento aprofundado das teorias que norteiam as mesmas. Desta forma, será possível assegurar de maneira efetiva a qualidade da Avaliação Psicológica e seu lugar na Psicologia, e, da mesma forma, estar em consonância com a responsabilidade do seu exercício no que se refere às repercussões para o sujeito e para a sociedade.

Fonte

Mariana Esteves Paranhos e Milene Merg, disponível em <http://www.crprs.org.br/>

***Estratégias de diagnóstico e avaliação psicológica***

O conceito de diagnóstico tem origem na palavra grega *diagnōstikós*, que significa discernimento, faculdade de conhecer, de ver através de. Na forma como vem sendo utilizado, na atualidade, significa estudo aprofundado realizado com o objetivo de conhecer determinado fenômeno ou realidade, por meio de um conjunto de procedimentos teóricos, técnicos e metodológicos. Tradicionalmente usado na Medicina, o termo foi incorporado aos discursos e às práticas profissionais de diferentes áreas de conhecimento. No âmbito da Psicologia, as práticas de diagnóstico e avaliação psicológica tiveram, e têm ainda hoje, um papel fundamental na formação e constituição da identidade profissional do psicólogo.

A avaliação psicológica é um procedimento clínico que envolve um corpo organizado de princípios teóricos, métodos e técnicas de investigação tanto da personalidade como de outras funções cognitivas, tais como: entrevista e observações clínicas, testes psicológicos, técnicas projetivas e outros procedimentos de investigação clínica, como jogos, desenhos, o contar histórias, o brincar etc. A escolha das estratégias e dos instrumentos empregados é feita sempre de acordo com o referencial teórico, o objetivo (clínico, profissional, educacional, forense etc.) e a finalidade (diagnóstico, indicação de tratamento e/ou prevenção), conforme Ocampo et al. (2005), Arzeno (2003) e Trinca (1984a).

Nos últimos anos, o ensino e a prática da avaliação psicológica têm sido objetos de inúmeros estudos. Embora desenvolvidos sob diferentes enfoques, todos eles têm preocupações comuns como a qualidade da formação em avaliação psicológica, o conteúdo das disciplinas, o uso e a validação dos testes psicológicos, e a integração ensino-aprendizagem e aplicação destes à prática profissional.

Tais preocupações ganharam maior relevância com as crescentes críticas dirigidas aos testes psicológicos, entre elas, a falta de respaldo científico e o mau uso e elaboração de laudos psicológicos, que em geral “rotulam” e repetem jargões psicológicos sem fundamentação teórica (PATTO, 1998). Tudo isso levou o Conselho Federal de Psicologia (CFP) a criar, em 1997, a Câmara Interinstitucional de Avaliação Psicológica, com o objetivo de fazer um diagnóstico das condições de ensino na área, e, posteriormente, implantar um Sistema de Avaliação dos Testes Psicológicos usados no Brasil. Com a implantação desse sistema e entrada em vigor da Resolução no 02/2003, o CFP passou a recomendar somente o uso dos testes avaliados com parecer favorável da Comissão Consultiva. Os demais, com parecer desfavorável ou ainda não avaliados, continuam sendo usados apenas em pesquisa.

Embora essas medidas tenham sido cuidadas para dar maior cientificidade aos instrumentos, na opinião de alguns autores ocorre um fenômeno contraditório que diz respeito à desvalorização dos testes psicológicos nas práticas de avaliação. Por exemplo, Affonso (2005) comenta que, após a Resolução CRP no 02/2003 e divulgação da lista dos testes com condições de uso, docentes e profissionais

tiveram que rever suas estratégias de diagnóstico e avaliação psicológica. Muitos cursos de Psicologia reduziram a oferta de disciplinas de testes psicológicos e técnicas projetivas e, também, alteraram o seu conteúdo para dar maior ênfase às técnicas de entrevistas e a outras áreas como a Psicologia Hospitalar, a Psicologia Jurídica etc.

É possível que essa medida tenha acentuado um processo que já vinha em curso, conforme aponta pesquisa realizada por Alves, Alchieri e Marques (2001) sobre o panorama geral do ensino das técnicas de exame psicológico no Brasil. Segundo essa pesquisa, a média geral dos cursos avaliados (64) é de 3,98 disciplinas, mas alguns têm apenas uma disciplina de testes e técnicas de avaliação psicológica.

Sabe-se que essa desvalorização dos testes psicológicos e, por extensão, da área de avaliação psicológica é consequência também das mudanças ocorridas nas demandas de intervenção e atuação da Psicologia, na atualidade, em razão de novos processos de subjetivação e de questões sociais e políticas que interferem diretamente na qualidade de vida e saúde da população e exigem de nossas teorias e práticas constantes revisões e atualizações. Como apontam Féres-Carneiro e Lo Bianco (2005), no âmbito da Psicologia Clínica isso resultou numa enorme expansão de abordagens teóricas – psicanalíticas, fenomenológico-existenciais, cognitivas, comportamentais, sistêmicas, corporais etc.; no desenvolvimento de novas modalidades de intervenção – grupal, familiar, comunitária; e na atuação em outros settings – instituições públicas e privadas, hospitais, unidades de saúde etc.

Neste cenário, cresceram entre os alunos de Psicologia o ceticismo em relação aos testes psicológicos e o desinteresse pela área de avaliação psicológica. As críticas mais frequentes dos alunos é que os testes “rotulam” e não são confiáveis como instrumentos de diagnóstico e avaliação da personalidade, segundo apontam pesquisas (PEREIRA; CARELLOS, 1995; GOMES, 2000). Daí a importância de envolver docentes e pesquisadores nessa discussão não só para resgatar o valor da área na formação profissional, mas, especialmente, para incorporar as recentes mudanças e oferecer aos alunos uma fundamentação teórica e técnica mais ampla que lhes permita trabalhar com criatividade e flexibilidade, com as inúmeras possibilidades de diagnóstico e avaliação, tendo em vista os diferentes contextos e necessidades.

Sabe-se que, além das questões apontadas, a forma como essas técnicas são ensinadas interfere no interesse dos alunos, na apreensão e aplicação prática destas. Infelizmente, há professores que continuam reproduzindo mecanicamente o ensino de testes e técnicas sem nenhum questionamento ou articulação com as novas práticas e demandas da Psicologia. Este trabalho de revisão teórica tem como objetivos realizar uma sistematização do desenvolvimento das práticas de diagnóstico e avaliação psicológica, destacando suas principais influências e modelos. Em seguida, a revisão focaliza duas estratégias diagnósticas amplamente utilizadas pela Psicologia Clínica: o psicodiagnóstico, procedimento clínico estruturado que utiliza testes psicológicos, e a entrevista clínica diagnóstica, que adota procedimentos menos estruturados de investigação da personalidade, como o jogo, o brincar livre e espontâneo, o desenhar e contar estórias.

O recorte prioriza práticas e técnicas fundamentadas nas abordagens psicanalítica e fenomenológica. Tal escolha não significa, de forma alguma, que tais abordagens sejam mais importantes que outras fundamentadas em outros referenciais teóricos. A intenção é mostrar algumas possibilidades de intervenção dentro do vasto campo da avaliação psicológica. Ao final, reafirma-se a importância de contextualizar e atualizar a discussão dessas questões nos cursos de graduação em Psicologia, de forma a incorporar as mudanças

que se processaram na área e na Psicologia, nos últimos anos. No momento atual isso é particularmente importante, tendo em vista a reforma curricular em curso nas instituições formadoras, para aplicação das Diretrizes Curriculares instituídas pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

### ***Principais influências e modelos***

A Psicologia, assim como o desenvolvimento de suas práticas de avaliação psicológica, foi, ao longo da história, influenciada por duas principais tradições filosóficas: o positivismo e o humanismo. O positivismo, corrente filosófica que tem Augusto Comte (1973) como principal representante, defende o conhecimento objetivo, por meio da neutralidade científica e da experimentação. Essa corrente de pensamento fundamenta o método científico adotado pelas ciências naturais que foi, durante muito tempo, considerado “o modelo de ciência”. Na ótica positivista, o homem pode ser estudado como qualquer outro fenômeno da natureza, ou seja, pode ser tomado como um objeto de estudo observável e mensurável.

Apoiam-se nessa tradição as práticas de avaliação psicológica, identificadas com os modelos médico e psicométrico, que caracterizam a primeira fase de atuação profissional do psicólogo – práticas que valorizam o uso dos testes psicológicos, a eficiência e a objetividade do diagnóstico como forma de garantir a cientificidade da psicologia (TRINCA, 1984a; ANCONA-LOPEZ, 1984).

O modelo médico influenciou enormemente as práticas de avaliação psicológica, principalmente no início da expansão da Psicologia, quando os psicólogos atuavam, basicamente, como auxiliares do médico no diagnóstico diferencial de psicopatologias. Preocupados em avaliar com objetividade, para indicar o tratamento mais eficaz, os psicólogos incorporaram às suas práticas de avaliação características do modelo de diagnóstico médico, tais como: a ênfase nos sintomas, o uso da classificação nosológica e o emprego de testes (exames), para identificar determinadas características patológicas da personalidade do indivíduo.

O modelo psicométrico manteve a preocupação de avaliar com objetividade e neutralidade e inaugurou uma fase de maior prestígio da Psicologia, em que os testes psicológicos passaram a ser usados na classificação e medida da capacidade intelectual e aptidões individuais. A Psicometria ampliou a área de atuação da Psicologia – da clínica para as áreas escolar (diagnóstico de dificuldades de aprendizagem das crianças) e profissional (seleção de indivíduos para funções específicas). Com essa expansão, o psicólogo ganhou maior autonomia: os resultados dos testes deixaram de ser obrigatoriamente entregues ao médico ou a outros profissionais; os próprios psicólogos começaram a prestar orientação aos pais e professores e até mesmo aos médicos. No modelo psicométrico, tornou-se menos importante detectar e classificar os distúrbios psicopatológicos; a ênfase passou a ser dada à identificação das diferenças individuais e orientações específicas. Esse modelo foi muito valorizado nos Estados Unidos, especialmente durante a Segunda Guerra Mundial, quando se atribuiu à Psicologia a função de selecionar indivíduos aptos e não-aptos para o exército, bem como avaliar os efeitos da guerra sobre os que retornavam (ANCONALOPEZ, 1984).

O humanismo apoia-se em correntes filosóficas que se contrapõem à visão positivista e questionam a aplicação do método das ciências naturais às ciências humanas. Defende que não é possível uma total separação entre o sujeito e o objeto de estudo, pois a subjetividade tem uma importância essencial: o sujeito está implicado com o seu objeto de estudo, ele constitui o objeto e é constituído por ele. Se todo o conhecimento é estabelecido pelo homem,

não se pode negar a participação da sua subjetividade, portanto não é possível estudar o homem como um mero objeto fazendo parte do mundo, pois o mundo não passa de um objeto intencional para o sujeito que o pensa (ANCONA-LOPEZ, 1984).

Essa forma de pensar teve um papel marcante no desenvolvimento de uma Psicologia humanista, influenciada por vertentes teóricas ligadas principalmente à Fenomenologia e à Psicanálise que enfatizam a subjetividade, a intencionalidade, o sentido e o significado das experiências (e dos sintomas), o inconsciente e a relação entre sujeito e objeto de estudo.

Entre suas principais influências, estão Heidegger e Freud (FIGUEIREDO, 2004). Contra-pondo-se à visão reducionista da vertente positivista, a Psicologia humanista buscava uma compreensão global do homem, na apreensão do mundo e do seu significado. Sob esse influxo, passou-se a questionar os modelos de avaliação classificatória, baseados apenas nos testes psicológicos (estruturados e padronizados). Outras práticas de diagnóstico, mais identificadas com a Psicanálise e a Fenomenologia, foram surgindo dentro do chamado modelo psicológico, que deu origem ao psicodiagnóstico e a outros procedimentos de avaliação, como as entrevistas diagnósticas, com ou sem o uso de testes ou técnicas (estruturadas ou não) de investigação da personalidade.

O psicodiagnóstico inaugurou uma nova visão da avaliação psicológica, diferente da realizada pelos “testólogos” da Psicometria. Ao adotar uma perspectiva clínica, mais identificada com a teoria psicanalítica ou fenomenológica, distanciou-se da preocupação com a neutralidade e a objetividade, passando a enfatizar a importância da subjetividade e dos aspectos transferenciais e contra transferenciais presentes na relação. E o uso dos testes passou a ser complementado com outros procedimentos clínicos, com o objetivo de integrar os dados levantados nos testes e na história clínica, para obter uma compreensão global da personalidade.

No Brasil, o modelo de psicodiagnóstico, desenvolvido por Ocampo et al. (2005) e Arzeno (2003), tem norteado o trabalho de grande parte dos profissionais da área. Além dele, os modelos compreensivos (TRINCA, 1984a, 1984b) e fenomenológico (ANCONA-LOPEZ, 1995; CUPERTINO, 1995; YEHIA, 1995) também são bastante utilizados. O psicodiagnóstico proposto por Cunha (2000) é outra referência, não incluída no recorte aqui feito, mas igualmente importante no contexto brasileiro.

### ***O psicodiagnóstico segundo Ocampo e Arzeno***

Ocampo et al. (2005) e Arzeno (2003) sistematizaram o procedimento do psicodiagnóstico dentro do referencial psicanalítico, desenvolvendo uma concepção ampla e enriquecedora, que valoriza a entrevista clínica (em vez da tradicional anamnese descritiva), a relação transferencial/contra transferencial e a devolução, ao final do processo.

Para essas autoras, o psicodiagnóstico é uma prática clínica bem delimitada, com objetivo, tempo e papéis definidos, diferenciada do processo analítico. É realizado sempre com o objetivo de obter uma compreensão profunda e completa da personalidade do paciente (ou do grupo familiar), incluindo elementos constitutivos, patológicos e adaptativos.

Abrange aspectos presentes (diagnóstico atual) e futuros (prognóstico), sendo indicado para esclarecimento do diagnóstico, encaminhamento e/ou tratamento. Utiliza, como principais instrumentos, a entrevista clínica, a aplicação de testes e técnicas projetivas, a entrevista devolutiva e a elaboração do laudo (quando solicitado). Como em todo procedimento clínico, tem um cuidado especial com o enquadre: no início do processo, definem-se o objetivo; os papéis de cada um (psicólogo, paciente, pais e/ou família); a duração (em

média quatro ou cinco sessões, que podem ser ampliadas ou reduzidas, de acordo com a necessidade); local, horário e tempo das entrevistas; honorários e forma de pagamento.

Para Ocampo et al. (2005), o psicodiagnóstico é um processo que envolve quatro etapas.

A primeira vai do contato inicial à primeira entrevista com o paciente; a segunda é a fase de aplicação dos testes e técnicas projetivas; a terceira é o encerramento do processo, com a devolução oral ao paciente (e/ou aos pais); e a quarta consiste na elaboração do informe escrito (laudo) para o solicitante.

Arzeno (2003) detalha essas etapas em sete passos. O primeiro passo inclui desde a solicitação da consulta pelo cliente até o primeiro encontro pessoal com o profissional. Nessa fase, é importante observar como é feito o contato inicial, quais as primeiras impressões etc. O segundo passo envolve a realização das primeiras entrevistas, quando se busca identificar o motivo latente e manifesto da consulta, as ansiedades e defesas que o paciente, pais e/ou família apresentam, as expectativas e fantasias de doença e de cura que trazem. É importante observar como o paciente se coloca, o que é priorizado no relato, que tipo de relação estabelece com o psicólogo (e entre si, no caso do casal e/ou família), para identificar os aspectos transferenciais e contra transferenciais, bem como as resistências e a capacidade de elaboração e mudança. O terceiro passo é o momento de reflexão sobre o material colhido e análise das hipóteses iniciais, para planejamento dos passos seguintes e escolha dos instrumentos diagnósticos a serem empregados. O quarto passo é o momento da realização da estratégia diagnóstica planejada – entrevistas e aplicação dos testes e técnicas selecionadas, de acordo com o caso. Em geral, age-se conforme o planejado, mas, se houver necessidade, podem-se introduzir modificações, durante o processo. O quinto passo é o momento da análise e integração dos dados levantados. É o estudo conjunto do material apreendido nas entrevistas, nos testes e na história clínica, para obter uma compreensão global do caso. Essa fase exige do profissional domínio teórico-metodológico e grande capacidade analítica, a fim de identificar as recorrências e convergências entre os dados, assim como os aspectos mais relevantes dentro do material, que possibilitam uma compreensão ampla da personalidade do indivíduo e/ou da dinâmica familiar e do casal. O sexto passo é o momento da devolução da informação, que pode ser feita em uma ou mais entrevistas. Geralmente, é realizada de forma separada – uma com o indivíduo que foi trazido como protagonista principal da consulta, e outra com os pais e o restante da família. Frequentemente, durante a entrevista devolutiva, surgem novos elementos, os quais ajudam a validar as conclusões ou esclarecer os pontos obscuros. O último passo envolve a elaboração do laudo psicológico com as conclusões diagnósticas e prognósticas, incluindo as recomendações terapêuticas adequadas ao caso. A elaboração do laudo é um aspecto importante do processo, pois, quando malfeito, pode prejudicar o paciente, em vez de ajudá-lo.

### ***O modelo compreensivo***

O processo diagnóstico do tipo compreensivo, desenvolvido por Trinca (1984a), é outro modelo muito difundido entre os profissionais brasileiros, que trabalham com avaliação psicológica na abordagem psicanalítica. Ele também busca uma visão totalizadora e integradora da personalidade, por meio de uma compreensão abrangente das dinâmicas psíquicas, intrafamiliares e socioculturais. Para isso, utiliza referenciais múltiplos – além da psicanálise, a análise é complementada com outros referenciais teóricos (teorias do desenvolvimento e maturação e da família). Tem ainda, como características importantes, a valorização do pensamento clínico e uma maior flexibilidade, na estruturação do processo.